



INTERPELAÇÃO ESCRITA

Desenvolvimento do ensino técnico-profissional

No ano lectivo de 2010/2011, no ensino técnico-profissional havia 69 turmas com 1507 alunos, e no ano lectivo de 2019/2020 apenas 53 turmas com 761 alunos, o que representa uma descida de 50% no espaço de 10 anos.

Na opinião da sociedade, os cursos técnico-profissionais têm nível inferior aos cursos gerais, por isso, os estudantes, após a graduação, dificilmente conseguem um emprego nas empresas locais, as perspectivas de emprego são incertas, portanto, não é possível atrair alunos para esses cursos. Nos últimos anos, com a redução da taxa de reprovações e de abandono escolar, quase todos os alunos permanecem na rede escolar dos cursos gerais, e são cada vez menos os que optam por cursos técnico-profissionais. Com a epidemia, registaram-se mudanças na economia e no emprego, e o Governo empregou grandes esforços na realização de acções de formação profissional, no sentido de elevar as técnicas profissionais dos trabalhadores, e o ensino técnico-profissional tornou-se ainda mais indispensável em Macau. O modelo de desenvolvimento do ensino técnico-profissional não deve ser a luta pelo desenvolvimento de um sistema técnico-profissional perfeito, mas sim a adopção do modelo de cursos profissionais no ensino regular, permitindo uma opção aos alunos, especialmente àqueles com capacidades técnicas, para que tenham outras opções de emprego, sem terem de enveredar pelo ensino superior, e encorajando o seu desenvolvimento diversificado.

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

1. O Governo deve, através das políticas, incentivar os alunos do ensino técnico-profissional a prosseguirem estudos no ensino superior que correspondam a sua área, atribuindo-lhes bolsas de mérito específicas e criando mecanismos de pontuação e de admissão prioritária. Vai fazê-lo?
2. Quanto à reforma curricular do ensino técnico-profissional, o Governo deve adoptar o modelo dos cursos gerais, conjugá-lo com os cursos de inovação tecnológica, proceder à respectiva integração nos cursos técnico-profissionais, e classificá-los consoante os diferentes graus de dificuldade, por exemplo, dividir os conteúdos pedagógicos em diferentes unidades de crédito para escolha dos alunos, disponibilizando assim acções de formação inovadoras e generalizadas e técnico-profissionais e específicas. O Governo vai fazê-lo?
3. O Governo deve ser flexível na organização dos cursos, e os cursos gerais devem ser orientados pela prática, nomeadamente no que respeita ao uso da língua, e quanto aos cursos técnico-profissionais, as disciplinas relacionadas com a especialidade devem ser classificadas como "disciplinas nucleares", incluindo "disciplinas complementares profissionais", permitindo às escolas decidir sobre a sua criação, tendo em conta as necessidades dos sectores. O Governo vai fazer isto?

17 de Novembro de 2022

O Deputado à Assembleia Legislativa da RAEM,

Ho Ion Sang